



PEC da Previdência começa a tramitar no Congresso Nacional

Foi confirmada a idade mínima de 65 anos para homens e de 62 para mulheres, após período de transição. As alterações valem para trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos

O texto da reforma da Previdência foi entregue ontem ao Congresso pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

Ele esteve com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia, acompanhado pelos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e do secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho.

Segundo os representantes do governo, a proposta ataca principalmente desigualdades e privilégios e altera alíquotas de contri-

buição para a Previdência.

Segundo o senador Flávio Bolsonaro, a reforma pode ter impacto de até R\$ 1,2 trilhão no orçamento do setor. Para o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho, a intenção principal da reforma é garantir a manutenção da Previdência e evitar crises profundas. O senador acredita que o texto será analisado e votado rapidamente pelo Congresso.

Já senadores da oposição, como Paulo Paim, querem debater o texto amplamente, com a realização de audiências públicas, antes de votá-lo. **4 e 5**



Marcos Brandão/Senado Federal

Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia (C) recebem de Jair Bolsonaro o texto com a proposta de reforma da Previdência

Vai à sanção bloqueio de bens de terrorista

Projeto aprovado ontem pelo Plenário torna mais ágil o procedimento de bloqueio de bens — de valores, fundos e até serviços — de pessoas ou empresas ligadas ao terrorismo. Mais cedo, o texto já havia sido aprovado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa Nacional. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Plenário do Senado, na votação do texto que facilita o bloqueio de bens pessoais ou entidades ligadas ao terrorismo

Sistema para avaliação de políticas públicas vai a Plenário

Proposta de emenda à Constituição aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça cria um sistema de avaliação de políticas públicas dos três Poderes. O objetivo do texto é analisar a efetividade das ações governamentais, não apenas na execução financeira, mas também em relação ao custo e benefício para a sociedade.

A PEC segue agora para o Plenário do Senado. **7**

Colegiado ouve hoje ministra Damares Alves sobre sua pasta

A Comissão de Direitos Humanos ouve hoje a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, sobre as políticas do governo para a área e os programas que serão implementados pela pasta. O presidente da comissão, Paulo Paim, disse que considera fundamental iniciar um diálogo entre o ministério e a comissão. **6**

Ministro pode explicar nova política de saúde mental

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, deverá ser convidado a explicar à Comissão de Assuntos Sociais as mudanças no atendimento à saúde mental previstas em nota técnica do Ministério da Saúde. A nota prevê, entre outras ações, a compra de aparelhos de eletrochoque para o SUS e a internação de crianças em hospitais psiquiátricos. **6**

Aprovada política nacional para desaparecidos

Segue para sanção presidencial projeto aprovado ontem em Plenário que cria a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. O texto prevê ações articuladas do poder público, reformulação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e atendimento psicossocial às famílias. **8**



EBCC

Há quase 700 mil pessoas desaparecidas no país, segundo fórum de segurança

Fernando Bezerra Coelho é escolhido líder do governo 2

Otto Alencar cobra indicações para CPI de Brumadinho 3

Comissão deve convidar ministra Tereza Cristina 7

Fernando Bezerra Coelho é o líder do governo no Senado

Senador foi nomeado ontem e ainda nesta semana deve se reunir com o presidente Jair Bolsonaro. Segundo ele, as prioridades na Casa são a PEC da Previdência e a votação do projeto de cessão onerosa

FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB-PE) foi nomeado ontem líder do governo no Senado. Ele afirmou que vai se reunir com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, ainda esta semana para detalhar as prioridades na Casa.

— Tem muitas matérias que vão merecer a prioridade do governo nesse primeiro semestre. Uma delas é a votação da cessão onerosa. Nós temos que concluir [a votação]. Ela precisa avançar para que o governo possa ter a fonte de recursos necessários para dar uma grande reduzida no déficit público, com isso reduzir os juros e animar a economia.

A cessão onerosa é tratada no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 78/2018, que autoriza a Petrobras a transferir a empresas privadas até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP).

Já líder do governo, o senador falou sobre a importância da apresentação da PEC da Reforma da Previdência ao Congresso. A PEC foi entregue pelo presidente Jair Bolsonaro aos presidentes do Senado,



Para Bezerra, a votação do projeto sobre cessão onerosa é prioritária

Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (veja reportagem nas páginas 4 e 5).

— Atualmente os grandes itens de despesas no Orçamento são as despesas com juros, de quase R\$ 400 bilhões, e o déficit da Previdência, que é de quase R\$ 300 bilhões — disse.

Perfil

Na legislatura passada, Fernando Bezerra foi líder do PSB no Senado entre fevereiro de 2015 e setembro de 2017, quando se filiou ao MDB, vice-líder do governo Temer no Senado, de setembro de 2017 até o final de agosto

de 2018, e líder interino do governo Temer, entre agosto e novembro.

Nascido em Petrolina (PE), em 1957, Bezerra Coelho é formado em administração de empresas e pós-graduado em comércio internacional, tecnologia e capacidade competitiva. Foi deputado estadual (eleito em 1982), deputado federal por duas vezes (em 1986 e 1990) e participou da elaboração da Constituição.

Bezerra também foi prefeito de Petrolina por três vezes (em 1992, 2000 e 2004). E, entre 2011 e 2013, foi ministro da Integração Nacional no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Comissão de Ciência elege Selma Arruda como vice

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) elegeu ontem Selma Arruda (PSL-MT) para ser vice-presidente no biênio 2019-2020. Eleita por unanimidade, a senadora disse que a tecnologia no país precisa “crescer a jato”.

— Temos aqui temas de grande relevância, como a crise nas universidades, a precariedade na telefonia e na internet, a inteligência artificial e o uso

da tecnologia no combate à criminalidade.

A CCT também aprovou convite proposto por Angelo Coronel (PSD-BA) para o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, comparecer à comissão. Foi aprovada ainda proposta de Daniella Ribeiro (PP-PB) de uma audiência, conjunta com outras comissões sobre o PLC 142/2018, que institui a Política de Inovação Educação Conectada.



Selma quer debater temas como crise financeira nas universidades

Zenaide Maia é eleita vice-presidente de colegiado

Zenaide Maia (Pros-RN) é a nova vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A senadora foi eleita ontem por aclamação.

Ao agradecer os votos dos colegas, Zenaide disse acreditar que o desenvolvimento regional é um assunto que interessa a todos os partidos e a senadores de todas as regiões. Ela disse que está disposta a trabalhar com os colegas pelos interesses do país.

— Aqui estamos dando as mãos para o desenvolvimento de nossas regiões e o desenvolvimento é algo que gera



Zenaide disse que a comissão interessa a todos os senadores

Chico Rodrigues critica “fábrica de multas” criada por lei

Chico Rodrigues (DEM-RR) pediu a atenção dos senadores para a Lei 13.290, de 2016, que obriga o uso do farol baixo durante o dia nas rodovias.

— Essa lei é uma verdadeira fábrica de multas. Prestem atenção nisto: em 2017, foram aplicadas 905 mil multas, segundo a Polícia Rodoviária Federal. O legislador, ao propor essa extorsão, não se preocupou com as consequências. Se colocarmos na balança benefícios e perdas, o benefício vai para os estados e as perdas, para o bolso do trabalhador.



Roque de Sá/Agência Senado

Izalci pede acordo sobre salários de professores da UnB

Izalci Lucas (PSDB-DF) fez um apelo para que o Ministério da Educação e a Justiça cheguem a um entendimento em relação aos salários dos professores da UnB que perderam o direito de receber adicional de 26,5% correspondente a Unidade de Referência Padrão (URP), incorporada aos vencimentos desde 1991.

— Temos como buscar o entendimento sobre essa questão. Nós não podemos é aceitar, da noite para o dia, um desconto de praticamente mais de um quarto do salário dos professores.



Roque de Sá/Agência Senado

Telmário cobra solução para fornecimento de energia em Roraima

Telmário Mota (Pros-RR) pediu ontem atenção do governo federal para que o sistema de fornecimento de energia elétrica em Roraima seja conectado ao Sistema Interligado Nacional.

O senador relatou que o acesso à eletricidade nos municípios é escasso, de má qualidade e caro por causa do isolamento em relação ao sistema que cobre o restante do país. Roraima é o único estado que não está integrado ao sistema. A solução definitiva para o problema, de acordo com ele, passaria pelo Linhão de Tucuruí.



Roque de Sá/Agência Senado

Collor aponta falhas em conferência sobre paz no Oriente Médio

Na terça-feira, Fernando Collor (Pros-AL) lamentou a ausência de sírios e libaneses, entre outros povos, em conferência internacional realizada em Varsóvia, na Polônia, na semana passada para discutir paz e segurança no Oriente Médio.

Collor explicou que o encontro, copatrocinado pelos Estados Unidos, excluiu de seus debates um “interlocutor incontornável” na geopolítica da região: o Irã, fato que se dobrou na ausência de outros “parceiros imprescindíveis” à discussão a que o evento se propunha.



Roque de Sá/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Ministra dos Direitos Humanos

9h Audiência com a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, para prestar informações de assuntos inerentes à pasta.

CRE Embaixador no Paquistão

10h Na pauta, embaixador para o Paquistão.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h A MP sobre transferência de imóveis do INSS para a União está na pauta.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Aprovado bloqueio rápido de bens de terrorista

Texto, que segue para sanção, ajusta a legislação brasileira às recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional, do qual o Brasil faz parte

O SENADO APROVOU ontem o projeto que trata do bloqueio imediato de bens de pessoas e entidades investigadas por terrorismo ou acusadas desse tipo de crime. A proposta (PL 703/2019), que segue para a sanção, busca adequar a legislação brasileira às recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), uma organização global da qual o Brasil faz parte.

O texto define que qualquer ação relativa ao bloqueio de bens terá que se dar conforme sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU).

Rapidez

O objetivo do projeto, de iniciativa do Executivo, é tornar mais ágil o procedimento de bloqueio de bens — desde valores e fundos até serviços, financeiros ou não — e a identificação de empresas e pessoas associadas ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa.

O Gafi concedeu ao Brasil prazo até o fim deste mês para a criação de leis que atendam às medidas recomendadas pelo órgão. O Brasil é o único



Jonas Pereira/Agência Senado

Texto aprovado em Plenário estabelece que bloqueio deverá seguir resoluções do Conselho de Segurança da ONU

dos 35 países-membros do grupo que, no entender do órgão, ainda não adotava as medidas antiterrorismo. Mais cedo, uma reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) já havia aprovado o parecer do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

O relator explicou que o Brasil corria o risco de “consequências gravíssimas” caso a proposta não fosse aprovada.

— Algumas das consequências podem ser o fim das operações de bancos estrangeiros por aqui ou a imposição de pesadas sanções contra outras nações que negociarem conosco — afirmou o senador, ao defender seu relatório.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) disse discordar das interpretações do Gafi e do go-

verno de que o Brasil ainda não tem uma legislação capaz de bloquear bens de investigados ou acusados por terrorismo. Para ele, a Lei 13.170, de 2015, sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff, atende o objetivo.

Bloqueio

O projeto ainda trata de questões como ritos de processo, sigilo de documentos e relacionamento com outros países. Pelo texto, após receber oficialmente do Conselho de Segurança da ONU o pedido de bloqueio de valores ou de restrições à circulação de pessoas ou ao ingresso de bens, o Ministério da Justiça comunicará aos órgãos devidos para a adoção das providências. A União também deverá informar ao Conselho de Segurança e a seus comitês de sanções

sobre medidas adotadas por juízes para o bloqueio de bens e valores que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes de terrorismo.

No caso do bloqueio de bens e ativos, móveis e imóveis, os órgãos reguladores ou fiscalizadores serão informados para que determinem às entidades esse bloqueio. Quanto à restrição para entrada ou saída de pessoas, caberá à Polícia Federal comunicar as empresas de transporte internacional.

Para Eduardo Braga (MDB-AM), o texto garante os direitos dos brasileiros e permite à comunidade internacional reconhecer o Brasil como um lugar seguro para investimentos. No entanto, o senador reclamou do pouco prazo que os senadores tiveram para analisar a proposta. Angelo Coronel (PSD-BA) e Randolfe

Rodrigues (Rede-AP) também reclamaram do prazo deixado pela Câmara para a análise do texto, mas manifestaram apoio ao projeto.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) cobrou um entendimento com a Câmara para que os prazos de apreciação sejam cumpridos. Eliziane Gama (PPS-MA) elogiou a admissão de termos mais específicos na redação final do projeto.

Consenso

Carlos Viana (PSD-MG) afirmou que a decisão é importante para o Brasil e para a comunidade internacional. Para Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o projeto tem o mérito de buscar coibir atos terroristas. Os senadores Rogério Carvalho (PT-SE) e Marcos Rogério (DEM-RO) elogiaram o trabalho do relator e o consenso entre as lideranças.

O líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE), agradeceu o apoio de todos os senadores, em especial aos parlamentares da oposição.

Na mesma linha, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, agradeceu o entendimento de todos os líderes sobre o projeto.

— Essa construção foi coletiva. O Senado sai fortalecido, porque o diálogo e o entendimento permitiram a aprovação de uma matéria tão importante como esta.

Otto cobra CPI para investigar barragem da Vale

Durante a sessão deliberativa de ontem, Otto Alencar (PSD-BA) cobrou das lideranças partidárias as indicações dos integrantes para compor comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai investigar o rompimento de uma barragem da Vale em Brumadinho (MG).

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, esclareceu que o PSL também já indicou os integrantes da comissão e conclamou as lideranças dos demais partidos a fazer as indicações restantes.

Otto Alencar disse que a mineradora precisa ser investigada e que a tragédia provocada pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão — que vitimou mais de 300 pessoas, entre mortos e desaparecidos — não pode ficar esquecida, a exemplo do que ocorreu com o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015.

O senador destacou que o PSD já indicou dois nomes para compor a comissão, cujo requerimento de instalação foi lido há dez dias, em Plenário. A leitura do requerimento, preenchidos todos os requi-



Marcos Oliveira/Agência Senado

Otto Alencar pede que líderes indiquem senadores para compor a CPI

sitos constitucionais, marca a criação formal da CPI.

— Estou chamando a atenção para uma coisa grave, para punir uma empresa que, reiteradamente, vem cometendo, na exploração mineral em Minas Gerais e outras partes do Brasil, esses abusos e essa falta de competência e de cuidados com a vida e o meio ambiente. A Vale precisa ser punida — defendeu.

Carlos Viana (PSD-MG) endossou a fala de Otto Alencar. Ele ressaltou que outras represas estão entrando em estado de atenção em Minas Gerais, o que vem gerando apreensão nas famílias, que

já estão sendo removidas no município mineiro de Itabirito e em outras localidades.

— Peço aos líderes a indicação dos membros para a nossa CPI, para que o Senado possa dar uma resposta ativa, uma resposta correta e firme nas investigações. E que possamos definir um futuro no Brasil para um setor que é muito importante, mas que não pode continuar infelizmente colocando vidas abaixo, com menos valor que o lucro — declarou Viana, que subscreveu o requerimento de CPI e trabalhou para reunir as assinaturas necessárias para criação da comissão.

PEC sobre referência a pessoa com deficiência avança em Plenário

A proposta que padroniza as referências a pessoas com deficiência na Constituição passou ontem pela segunda discussão em primeiro turno. O texto (PEC 25/2017) substitui, em dez artigos constitucionais, expressões como “pessoa portadora de deficiência” ou “portador de deficiência” por “pessoa com deficiência”.

As definições fazem parte da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas

com Deficiência.

A PEC ainda precisa passar por mais três sessões de discussão antes da votação em primeiro turno. Depois vem a discussão (três sessões) e a votação em segundo turno.

A proposta é da ex-senadora Fátima Bezerra, que defendeu a adoção de uma única e adequada forma de referência a essa parcela da população, de acordo com as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU).

Senado fará sessão temática sobre desastre em Brumadinho

O Senado aprovou a promoção de duas sessões especiais. Uma comemorativa à profissão de médico veterinário, proposta por Wellington Fagundes (PR-MT). A outra, proposta por Fabiano Contarato (Rede-ES) e subscrita por 30 senadores, debaterá as responsabilidades pelo rompimento da barragem da mineradora Vale, em Brumadinho (MG).

Ambas as sessões terão datas definidas pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

A sessão sobre veterinários homenageará Alzira de Souza, uma das primeiras médicas veterinárias formadas no Brasil.

Já sobre o rompimento da barragem, Contarato explicou que deseja discutir a questão com os principais responsáveis de cada área.

Congresso Nacional recebe reforma da Previdência

A expectativa do governo é que a proposta de emenda à Constituição entregue ontem pelo governo seja votada rapidamente. Senadores da oposição querem amplo debate do texto e realização de audiências

JÁ ESTÁ NO Congresso Nacional o texto da reforma da Previdência. A proposta foi entregue ontem pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia.

disse que existem cerca de 4 mil devedores do sistema em todo o Brasil. Para o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a intenção principal da reforma é garantir a manutenção da Previdência e evitar crises profundas, como as enfrentadas pela Grécia e Portugal. O senador acredita que o texto será analisado e votado rapidamente pelo Congresso e ressaltou o empenho dos presidentes das duas Casas legislativas para isso.

Orçamento

Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) afirmou que a reforma pode ter impacto de até R\$ 1,2 trilhão no orçamento do setor. O senador disse estar ciente de que as mudanças serão acompanhadas de intensos debates, inclusive sobre custos para o Estado, mas declarou que todos os setores da sociedade serão ouvidos.



Davi Alcolumbre, Jair Bolsonaro e Rodrigo Maia no Salão Verde da Câmara dos Deputados: governo quer que a proposta tramite com celeridade nas duas Casas do Congresso

mento comum de que todos terão que dar "sua cota de sacrifício". Flávio Bolsonaro ressaltou que a margem de negociação do governo para mudanças no texto é mínima, já que a equipe econômica elaborou a proposta com base nas necessidades do sistema.

— Ninguém está feliz por ter que apreciar essa matéria. É uma responsabilidade muito grande, mas se trata de algo necessário,

e não temos mais como fugir. Na avaliação de Paulo Paim (PT-RS), é preciso buscar uma composição de idade mínima e tempo de contribuição, para que os mais pobres não sejam prejudicados. Ele acredita que a reforma precisa ser amplamente debatida e não pode ser votada "de afogadilho".

Protesto

Enquanto esperava a passagem do presidente Jair Bolsonaro, um grupo de parlamentares da oposição organizou um protesto no Salão Verde da

Câmara dos Deputados. Eles gritavam palavras de ordem, vestidos com aventais alaranjados e segurando laranjas, se referindo às suspeitas de que o PSL usou candidaturas-laranja em Pernambuco e Minas Gerais na última eleição.

Bolsonaro saiu por um corredor isolado da Câmara e não se encontrou com os opositores. Ele também não falou com os jornalistas.

Texto aumenta idade mínima e inclui servidores e parlamentares

Os detalhes da reforma da Previdência foram apresentados à imprensa por uma equipe técnica do governo. "Nova Previdência é para todos. É melhor para o Brasil" será o slogan adotado pelo governo para convencer a população da importância de alterar o sistema. Foi confirmada a idade mínima de 65 anos para homens e de 62 para mulheres, após período de transição. As alterações valem para trabalhadores da iniciativa privada (INSS) e servidores públicos.

militares. Os dois últimos textos deverão chegar em 30 dias ao Congresso.

— Estamos buscando a criação de um sistema justo e igualitário no qual todos se aposentarem com as mesmas regras, com idade mínima e tempo de contribuição. Queremos um sistema em que quem ganha mais pague mais, quem ganha menos pague menos — afirmou Bianco.

Ele enumerou ainda outras características da reforma: a

sustentabilidade do sistema, a separação da Previdência da assistência social, a proteção do idoso, a ampla garantia dos direitos adquiridos, as regras de transição amplas e a criação de um sistema de capitalização.

Outros temas

A proposta também propõe mudanças em questões como pensão por morte, acumulação de benefícios, benefício assistencial para idosos e deficientes,

aposentadoria rural, integralidade do benefício e anistiadados políticos, entre outros.

O caminho da reforma da Previdência será longo na Câmara. Primeiro, a proposta terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. Em seguida, será encaminhada a uma comissão especial formada especificamente para tratar do tema. Só então irá ao Plenário, para depois ser enviada ao Senado.

Como ficam as alíquotas do regime geral (INSS)

FAIXA SALARIAL	ALÍQUOTA EFETIVA (sobre cada faixa salarial)
até 1 salário mínimo	7,5%
de R\$ 998,01 a R\$ 2.000	7,5% a 8,25%
de R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000	8,25% a 9,5%
de R\$ 3.000,01 a R\$ 5.839,45	9,5% a 11,68%

Como ficam as alíquotas dos servidores

FAIXA SALARIAL	ALÍQUOTA EFETIVA (sobre cada faixa salarial)
até 1 salário mínimo	7,5%
de R\$ 998,01 a R\$ 2.000	7,5% a 8,25%
de R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000	8,25% a 9,5%
de R\$ 3.000,01 a R\$ 5.839	9,5% a 11,68%
de R\$ 5.839,46 a R\$ 10.000	11,68% a 12,86%
de R\$ 10.000,01 a R\$ 20.000	12,86% a 14,68%
de R\$ 20.000,01 a R\$ 39.000	14,68% a 16,79%
acima de R\$ 39.000	16,79% a 22%

Parlamentares

Titulares de mandatos eletivos (deputados e senadores)

- REGRA ATUAL**
 - 60 anos de idade mínima para homens e mulheres
 - 35 anos de contribuição
 - Recebe 1/3 do salário para cada ano de parlamentar
- REGRA DE TRANSIÇÃO**
 - 65 anos de idade mínima para homens e 62 anos para mulheres
 - 30% de pedágio do tempo de contribuição faltante
- REGRA FINAL**
 - Novos eleitos estarão automaticamente no RGP, e o regime atual será extinto

Principais pontos da PEC

- Idade mínima** Para trabalhadores da iniciativa privada e servidores, a idade mínima inicial será de 61 anos para homens e de 56 anos para mulheres. Essas idades começarão a subir seis meses a cada ano, até chegar a 65 anos para eles e aos 62 anos para elas.
- Professores** Hoje não há idade mínima. O tempo de contribuição é de 30 anos para homens e 25 anos para mulheres. A proposta prevê idade mínima de 60 anos e tempo de contribuição de 30 anos para ambos os sexos.
- Sistema de capitalização** Não terá implementação imediata, ficará pendente de lei complementar. Será um sistema alternativo para quem ingressar no mercado de trabalho depois que a lei complementar for aprovada.
- Servidores dos estados e do DF** As novas regras de benefício para o regime próprio valem para estados e municípios. A alteração em alíquotas precisa de aprovação das assembleias estaduais, câmaras municipais e Câmara Legislativa do DF. Caso as unidades federativas registrem déficit financeiro e atuarial, deverão ampliar suas alíquotas para no mínimo 14%, em um prazo de 180 dias.
- Pensão por morte** Hoje o beneficiário recebe 100% do valor, respeitado o teto. Para novos casos, a proposta sugere 60% + 10% por dependente adicional. Em caso de morte por acidente do trabalho, doença profissional ou do trabalho, aplica-se 100%.
- Acumulação de benefícios** Atualmente é permitida a acumulação de diferentes tipos e regimes: pensão e aposentadoria; regime geral e regime próprio. A proposta quer limitar a 100% de um benefício mais uma porcentagem da soma dos demais, variando conforme o valor, de forma que o segundo benefício seja no máximo de dois salários mínimos.
- Compulsória dos servidores** Como ocorre hoje, o servidor público será obrigado a se aposentar aos 75 anos de idade. Caso não tenha 25 anos de contribuição, vai receber o benefício proporcional.
- Benefício assistencial para idosos** Hoje idosos em condição de miserabilidade recebem um salário mínimo a partir dos 65 anos. Pela proposta, começará a ser pago aos 60 anos no valor de R\$ 400. Só passará a ser equivalente ao salário mínimo aos 70 anos.
- Benefício assistencial para deficientes** Vai ser mantida a regra de um salário mínimo sem limite de idade.
- Forças de segurança** Policiais e bombeiros militares terão as mesmas regras das Forças Armadas. Os militares na reserva passam a poder trabalhar em atividades civis. Será enviado posteriormente ao Congresso uma proposta específica para os militares.
- Anistiadados políticos** Passarão a contribuir para a seguridade social nos mesmos termos da contribuição do aposentado e pensionista do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União. Fica proibido o recebimento simultâneo da reparação mensal do anistiado político com proventos de aposentadoria, sendo garantida a opção pelo maior benefício.
- Regras de transição (INSS)** Serão três possibilidades, e os trabalhadores poderão escolher. 1) Sistema de pontos: soma do tempo de contribuição + idade. Caso a proposta seja aprovada em 2019, homens precisarão de 96 pontos; as mulheres, de 86. Em 2033, ao fim da transição, os homens precisarão de 105 pontos e as mulheres, de 100. Mas é preciso respeitar a contribuição mínima de 35 anos para eles e 30 para elas. 2) Idade mínima para se aposentar: chegará a 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, após o período de transição. As idades de partida são 61 para homens e 56 para mulheres. 3) Fator previdenciário: método de cálculo específico para quem está a dois anos de se aposentar e pretende fazê-lo sem levar em conta a idade mínima.
- Regra de transição (servidores)** Terá uma regra só: sistema de pontos que soma o tempo de contribuição + idade mínima. Em 2019, por exemplo, são 86 pontos para mulheres e 96 pontos para homens. A transição termina em 2028, quando as mulheres chegarem aos 100 pontos e os homens aos 105. Deve-se respeitar o mínimo de 20 anos no serviço público e 5 anos no cargo, e o tempo mínimo de contribuição: 35 anos (homens) e 30 (mulheres). A idade mínima começa em 61 anos (homens) e 56 (mulheres).
- Aposentadoria rural** Idade mínima de 60 anos para homens e mulheres, com contribuição mínima de 20 anos.
- Desoneração** O empregador não precisará mais pagar a multa de 40% sobre o FGTS quando o empregado já estiver aposentado. As empresas também não precisarão mais pagar a multa de 40% sobre o FGTS dos empregados já aposentados.
- Cálculo do benefício** O benefício será de 60% para quem cumprir o mínimo de 20 anos de contribuição. A cada ano são acrescentados 2%. A integralidade se dará após 40 anos de contribuição. No futuro, quem contribuir mais de 40 anos poderá receber mais de 100%.

Davi destaca necessidade de acabar com privilégios

Após participar do Fórum de Governadores ontem, em Brasília, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que a reforma da Previdência, principal tema do encontro, não pode ser contaminada por disputa política. De acordo com ele, senadores e deputados vão propor as alterações necessárias para garantir o equilíbrio financeiro do país e dos estados e ao mesmo tempo atender aos anseios dos brasileiros que pedem a redução de privilégios.

— Todos os políticos têm que ter maturidade suficiente em relação a debater temas importantes. Eu acho que uma questão de governo não vai contaminar a atuação dos senadores e dos deputados — afirmou.

Ao ser questionado sobre o vazamento dos áudios das conversas entre o ex-ministro Gustavo Bebianno e o presidente da República, Jair Bolsonaro, o senador afirmou que isso é "matéria superada".

O presidente do Senado afirmou também que a Casa vai acompanhar a discussão na Câmara para que a PEC da Reforma da Previdência (PEC 6/2019) tenha tramitação acelerada. A proposta precisará passar por comissões e ser aprovada em duas votações na Câmara (com o mínimo de 308 votos) e duas no Senado



Davi Alcolumbre (4º à dir.) participa da abertura de encontro com governadores

(com pelo menos 49 votos).

— O Senado e a Câmara têm uma grande obrigação de debater esse tema da Previdência, porque é um tema em que todos os brasileiros estão envolvidos. A redução dos privilégios é um problema de todos — afirmou.

Davi também destacou a sua participação, na Câmara, na reunião para a entrega da PEC da Previdência pelo presidente Jair Bolsonaro.

— Fui recepcionar a entrega da mensagem da PEC na Câmara, como sinal de diálogo e interlocução com a Câmara dos Deputados. Essa proposta será debatida agora em uma comissão especial e aí a gente terá tempo na Câmara e no Senado para debater o aperfeiçoamento da proposta e ouvir a sociedade. Com certeza, Câmara e Senado vão propor as alterações necessárias, com base nos anseios da sociedade — disse.

O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, admitiu que a reforma deve receber ajustes dos deputados dos e senadores.

— É claro que vamos ter que fazer ajustes no texto e evidentemente que governadores, com suas bancadas, vão dar contribuições para que o texto seja adequado não apenas no plano federal, mas para que os estados brasileiros reencontrem seu equilíbrio — afirmou.

Apesar de ser uma demanda da maior parte dos governadores, nem todos concordam com o teor do projeto. É o caso do governador do Maranhão, Flávio Dino. Entre outros pontos, ele critica a criação de um regime de capitalização, no qual o trabalhador faz a própria poupança para se aposentar.

— O regime de capitalização no Brasil é um escândalo. Vai beneficiar o capital e provocar um genocídio.

Colegiado quer ouvir secretário de Trabalho sobre alterações

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve convidar o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, para debater e esclarecer pontos da reforma da Previdência proposta pelo governo ao Congresso ontem.

Na reunião da CAS, que ocorria no momento em que Jair Bolsonaro entregava o texto da reforma, Paulo Paim (PT-RS) contou que já ligou para Marinho pedindo sua vinda ao Senado. O senador é presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que, na véspera, havia aprovado requerimento convidando Marinho para falar à comissão.

— Esse debate tem de ser aprofundado. Esse tema não pode ser votado de afogadilho, como foi no caso da reforma trabalhista. Previdência interessa a toda a sociedade e nós queremos entender a proposta da forma como está sendo entregue neste momento ao Congresso [pelo Poder Executivo]. Fabiano Contarato (Rede-ES) disse que, se vai haver reforma,

é preciso que o governo assuma o que está escrito no artigo 7º, inciso IV da Constituição. O texto prevê a fixação por lei de um salário mínimo unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

O senador disse que as "pessoas do governo deveriam viver com o salário mínimo para verem se é possível ter esses direitos e garantias".

Contarato comparou a reforma da Previdência com a trabalhista, que, ao modificar as relações de trabalho, teria, para ele, prejudicado a classe trabalhadora. Ele criticou a terceirização na atividade-fim, o trabalho intermitente, o trabalho de grávidas em locais insalubres e a rescisão de contratos fora do sindicato.

— As modificações da CLT foram um retrocesso para o Brasil.

Iniciativa vai equilibrar contas públicas, diz Lasier

Lasier Martins (Pode-RS) disse ontem que a reforma da Previdência promete equilibrar as contas da União e dos estados e, ao mesmo tempo, eliminar distorções e injustiças do sistema atual, que exclui ou não beneficia os mais pobres.

— Para todos os beneficiários, será exigido um tempo de contribuição mínimo de 20 anos. Ao fim dos períodos de transição, acabará de vez a possibilidade de aposentadorias por tempo de contribuição.

O senador disse ainda que os casos excepcionais, como dos militares, professores e policiais, precisam ser discutidos antes da aprovação final.

Recursos do BPC não vêm do INSS, afirma Flávio Arns

Flávio Arns (Rede-PR) criticou ontem a redução no valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC), prevista no projeto de reforma. Segundo o senador, o benefício não está vinculado à Previdência, mas à Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), prevista pela Lei 8.742, de 1993.

A única ligação do BPC com a Previdência, explicou Arns, é quanto a utilização da infraestrutura do INSS, que distribui o recurso àqueles que têm direito. O dinheiro vem do Fundo Nacional de Assistência Social e não do INSS.

— Eu quero dizer que isso não é problema da Previdência Social. Esse recurso é do orçamento da assistência social.

Weverton: proposta não será aprovada sem amplo debate

Weverton (PDT-MA) previu, na terça-feira, dificuldades na tramitação da reforma da Previdência e advertiu que o Senado precisa ter responsabilidade na análise do texto.

O senador, que declarou-se contrário a uma reforma que atinja os direitos dos mais pobres, disse não ser possível aprovar sem discussão qualquer texto que chegue ao Congresso. Ele espera que a discussão promova a abertura sobre o mecanismo do déficit da Previdência.

— O debate tem que ser muito aberto, muito franco com o Congresso e com o povo.

Comissão de Assuntos Sociais quer ouvir Mandetta sobre saúde mental

Ministro da Saúde deverá dar explicações aos senadores, entre outros pontos, sobre a compra de aparelhos de eletrochoque para o SUS

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) quer ouvir o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta sobre mudanças no atendimento à saúde mental previstas em nota técnica do Ministério da Saúde publicada no dia 8. A nota prevê compra de aparelhos de eletrochoque para o SUS, reforça a possibilidade da internação de crianças em hospitais psiquiátricos e favorece a abstinência como tratamento de dependentes de drogas.

A Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas em vigor, porém, havia adotado outra linha, conhecida como “redução de danos”.

Pelo requerimento da CAS, de autoria do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), o ministro também deve ser questionado



Flávio Arns, Jorge Kajuru e Rogério Carvalho em debate na comissão

sobre a inclusão dos hospitais psiquiátricos nas Redes de Atenção Psicossocial (Raps).

No debate sobre os temas a serem abordados na visita de Mandetta, o senador Flávio Arns (Rede-PR) contou que no Paraná cerca de 20% dos afastamentos de trabalho são

relacionados a saúde mental, abuso de álcool e drogas.

— Precisamos ser sensíveis, flexíveis, ter um olhar voltado para a família. Vamos convidar o ministro e desenvolver uma política pública boa, em termos de promoção de saúde mental.

Projeto institui fundo em favor das pessoas com deficiência

A criação do Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência está em análise na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Pelo projeto (PL 552/2019), o fundo federal teria o objetivo de garantir recursos para a formulação e a execução de políticas públicas destinadas a essa parcela da população. Depois de passar pela CDH, a proposta, de Paulo Paim (PT-RS), receberá análise final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As doações de pessoas físicas e jurídicas aos fundos estaduais e municipais, a serem controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência, poderão ser deduzidas do Imposto de Renda pelo prazo de cinco anos. A dedução não poderá ultrapassar 1% do imposto devido em cada exercício, determina o texto.

Ontem, também, a CAS reativou a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. A subcomissão, que já havia funcionado em outras ocasiões, deverá ter cinco integrantes titulares e igual número de suplentes, mas os nomes não foram escolhidos ainda.

A subcomissão debate questões nacionais de interesse das pessoas com deficiência para aperfeiçoar a legislação que protege esse grupo. A proposta de reativar a comissão foi apresentada por Arns.

Em seu primeiro mandato, Arns foi relator, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que resultou na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146, de 2015).

Audiência ouve hoje a ministra Damares sobre direitos humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) recebe hoje a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, para falar sobre a perspectiva de execução das políticas de direitos humanos do governo e os programas que serão implementados pelo ministério.

O convite foi negociado nos últimos dias entre a CDH e o ministério.

— A ministra terá garantido o direito a falar sobre seus projetos, sobre a perspectiva atual e para os próximos anos, da execução das políticas de direitos humanos — afirmou o presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS).

Paim explicou que, após notícias e declarações da ministra nos dois últimos meses, achou importante convidá-la para que pudesse falar sobre suas prioridades. O senador disse que consi-

dera fundamental iniciar um diálogo entre o ministério e a CDH. Segundo ele, a comissão tem uma visão ampla do que sejam os direitos humanos.

— Não é somente a discussão sobre tortura, por exemplo. Os direitos dos índios, os direitos das mulheres, os direitos dos negros ou dos deficientes físicos, tudo está nos direitos humanos — disse.

Diálogo

O senador acrescentou que “o direito ao transporte é um direito constitucional, da mesma maneira que o direito à assistência dos portadores de doenças raras é um direito humano”.

— O direito à liberdade religiosa, ou mesmo de não ter religião é um direito que tem de ser respeitado. É muito importante estabelecermos um diálogo com o ministério para garantir os direitos humanos de todos os brasileiros.

Evento em março vai discutir síndrome de Down

O Senado está planejando um evento, a ser realizado de 18 a 22 do mês que vem, para comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado em 21 de março. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento do presidente do colegiado, Romário (Pode-RJ), pedindo a programação especial.

— O Brasil hoje aceita e respeita mais quem tem Down do que há 13 anos, quando minha filha nasceu com a síndrome. E cabe a nós continuar fazendo avançar esse esforço para que

essas pessoas participem do nosso dia a dia — disse.

No requerimento, o senador explica que sua intenção é combater o preconceito e sensibilizar o público quanto às potencialidades das pessoas com Síndrome de Down.

Sensibilidade

“Oficialmente estabelecida em 2006, a data de 21 de março tem por finalidade dar visibilidade ao tema, reduzindo a origem do preconceito, que é a falta de informação correta. Em outras palavras, combater o mito que teima em trans-

formar uma diferença num rótulo, numa sociedade cada vez mais sem tempo, sensibilidade ou paciência para o diferente”, destaca Romário no requerimento.

Soraya Thronicke (PSL-MS) contou a história da menina Ana Carolina, filha de uma amiga dela, que tem Down. A família precisou recorrer à Justiça para ter reconhecido o direito a um acompanhante no colégio. A partir do caso da menina, Soraya advogou para crianças com necessidades específicas em Mato Grosso do Sul, para garantir que as prefeituras designassem um mediador na sala de aula.

— A prefeitura colocava um estagiário, e não um professor do quadro, mais experiente. Essas crianças precisam de assistência, assim como os autistas, na hora do recreio, no banheiro.

Flávio Arns (Rede-PR) propôs incluir nos debates todas as pessoas com deficiência ou necessidades especiais.



Romário preside reunião da comissão em que foi aprovada comemoração

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton,
 Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Vai a Plenário sistema para avaliar políticas públicas

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem proposta que analisa a efetividade das ações governamentais, tanto na execução financeira quanto na relação custo e benefício para a sociedade

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta que cria um sistema de avaliação de políticas públicas dos três Poderes. A ideia é aferir a efetividade das ações governamentais criadas para mudar a realidade socioeconômica brasileira, não apenas na execução financeira, mas também no que diz respeito à relação entre custo e benefício para a sociedade. A PEC 26/2017 segue para análise do Plenário.

O texto, que tem a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) como primeira signatária, amplia a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos órgãos integrantes do sistema de controle interno dos três Poderes. O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresentou emenda para que a PEC passasse a modificar dois artigos da Constituição em vez de criar um novo, como sugeria a proposta inicial.

Nessas mudanças, o relator especifica a função do TCU, que fará auditorias operacionais para o acompanhamento de longo prazo de políticas públicas especificadas no Plano Plurianual (elaborado pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo), com o objetivo de avaliar a sua economicidade,



O relator, Antonio Anastasia, diz que medida terá grande impacto no país

efetividade, eficácia e eficiência. A avaliação do TCU poderá fornecer subsídios técnicos aos órgãos formuladores e executores para o aperfeiçoamento da política pública. A mudança deixa clara a competência dos órgãos de controle interno dos Poderes Legislativo e Judiciário para avaliar políticas públicas no âmbito do Executivo quanto à efetividade, eficácia e eficiência. Os resultados fornecerão subsídios técnicos para aprimorar a gestão governamental e a formulação de novas políticas.

— É uma PEC relativamente singela, mas de grande impacto, pois incorpora no rol de competências do TCU e dos sistemas de controle interno dos Poderes a determinação para que haja não somente a

fiscalização dos recursos financeiros e orçamentários, mas mais do que isso, o resultado concreto das políticas públicas mediante auditoria, para dar o feedback aos executores e conhecimento à população — explicou Anastasia.

Segundo a proposta, a avaliação deve abarcar o planejamento das ações para o desenvolvimento da iniciativa, a análise dos motivos para uma intervenção e a definição dos agentes encarregados de implantar a política pública.

Também deve incluir o levantamento das normas disciplinadoras pela qual será regida, e a avaliação de impactos, sejam potenciais, com expectativas que justifiquem a aprovação da política, sejam reais, medidos durante ou após a execução.

Colegiado quer ouvir ministra da Agricultura e presidente do Incra

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem convite à ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para apresentar aos senadores as diretrizes e os programas prioritários da pasta. A comissão também aprovou requerimento de audiência com o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Jesus Corrêa, e com o secretário de Assuntos Fundiários, Luiz Nabhan Garcia. Os dois deverão falar sobre regularização de terras.

O vice-presidente da comissão, Luis Carlos Heinze (PP-RS), quer saber da ministra Tereza Cristina que medidas serão adotadas para desenvolver o setor agropecuário.

— Queremos que ela apresente as ideias dela, os projetos que ela tem em agricultura familiar, pesca, silvicultura, tudo o que se agregou ao Ministério da Agricultura —

explicou Heinze.

Já do presidente do Incra e do secretário de Assuntos Fundiários, os senadores querem conhecer as ações para implementar a Lei de Regularização Fundiária (Lei 13.465, de 2017). Na avaliação do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), a dificuldade de regularizar propriedades se deve à falta de estrutura e de funcionários do Incra.

— Nós esquecemos que precisa de gente para fazer isso. E o Incra está totalmente defasado em termos de pessoal. Nós conseguimos com muito esforço aprovar o concurso para o Incra, mas infelizmente foi vetado e nós vamos ter esse problema. Porque não adianta achar que nós vamos regularizar se não tiver mão de obra qualificada.

A iniciativa para os debates é da presidente da Comissão de Agricultura, Soraya Thronicke (PSL-MS).



Soraya comanda a votação do requerimento para realização do debate

Projeto suspende validade de concursos durante falta de verbas para nomeações

A contagem de prazo de validade de concursos públicos já realizados poderá ser interrompida quando não houver alocação de verbas para a convocação de novos servidores. A proposta (PEC 2/2019), de Rose de Freitas (Pode-ES), tem Selma Arruda (PSL-MT) como relatora na Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a Constituição, os concursos públicos têm validade de dois anos prorrogável por mais dois. Nesse período, os candidatos podem ser chamados, em ordem de aprovação, para preencher as vagas previstas e outras que porventura venham a surgir. Após vencido o prazo, o órgão

precisa fazer outra seleção.

“Deixar os concursos caducarem sem a nomeação nem de um número mínimo de aprovados em razão da falta de recursos financeiros não é o mais adequado ao interesse público”, justifica a senadora.

Um exemplo de contingência que suspenderia o prazo, de acordo com a PEC,

é quando um Poder excede o seu limite de gastos com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000). Em casos assim, segundo propõe Rose, a contagem do prazo dos concursos vigentes só será retomada quando as nomeações forem restabelecidas.

A senadora explica que, em

face da crise fiscal do país, muitos órgãos federais, estaduais e municipais suspendem suas nomeações, mesmo havendo carência de pessoal.

Isso atrapalha o cumprimento das obrigações do setor público, afirma Rose, e exige que esses órgãos tenham mais gastos no futuro para organizar novos concursos.

Legislar é obrigação do Congresso, afirma Simone

Simone Tebet (MDB-MS) afirmou que a omissão das Casas legislativas sobre temas de interesse social tem influenciado na prerrogativa de legislar do Congresso Nacional. A senadora relembrou a decisão do STF sobre o reconhecimento da união homoafetiva para exemplificar casos em que o Judiciário foi obrigado a ultrapassar o seu poder. Por isso, ela pediu a atenção dos colegas a temas políticos que estão em pauta no STF, como a descriminalização do porte de droga para uso pessoal.

— Quando nós nos omitimos, a sociedade provoca o Supremo e ele é obrigado a agir, muitas vezes até se excedendo.

Esperidião Amin propõe revisar incentivos fiscais

Esperidião Amin (PP-SC) informou ontem que apresentou um projeto de lei complementar que define mecanismos de avaliação e revisão de incentivos fiscais praticados pela União (PLP 41/2019).

A intenção da proposta, de acordo com ele, é aperfeiçoar a Lei de Responsabilidade Fiscal, reavaliar o alcance dos benefícios e seu impacto para as contas de estados e municípios.

O senador criticou o valor que corresponde às renúncias fiscais no Orçamento da União deste ano, que, segundo ele, já chegam a R\$ 370 bilhões.



Roque de Sá Agência Senado

Para Reguffe, é necessário reformar o sistema político

Reguffe (sem partido-DF) disse que o Congresso precisa se dedicar à reforma do sistema político, mesmo com outras reformas necessárias para o país.

Segundo ele, o atual sistema ajuda a perpetuar o poder dos que já o exercem e favorece o abuso econômico durante o processo eleitoral. O senador citou a PEC 5/2015, de sua autoria, que institui a perda de mandato para candidatos que se elegerem parlamentares e depois forem ocupar cargos no Executivo.

— Se o eleitor votou numa pessoa para exercer aquele cargo, é aquele cargo que ela deve exercer.



Roque de Sá Agência Senado

Jayme Campos pede liberação de recursos

Jayme Campos (DEM-MT) reivindicou na terça-feira a liberação de recursos do Tesouro Nacional para socorrer estados e municípios que estão atravessando grande crise financeira. Ele pediu que o governo libere pelo menos os recursos referentes aos restos a pagar de 2018.

— Não faz sentido que, enquanto estados e municípios enfrentam crise, o governo federal retenha os nossos recursos. O estoque de restos a pagar de 2019 é 22% superior ao de 2018. São mais de R\$ 189 bilhões que poderiam ajudar os governos estaduais e os prefeitos a equilibrar as contas públicas.



Roque de Sá Agência Senado

Aprovada política nacional para busca de desaparecidos

Segue para sanção projeto que trata da comunicação entre autoridades de investigação, da alimentação de bancos de dados e das estatísticas sobre pessoas ainda não encontradas e sobre casos solucionados

O PROJETO QUE cria a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas foi aprovado ontem, em votação simbólica no Plenário. O texto prevê ações articuladas do poder público e a reformulação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. O PLC 144/2017 segue agora para sanção.

A proposta, do ex-deputado Duarte Nogueira, foi aprovada na Câmara em 2017 na forma do relatório da então deputada Eliziane Gama (PPS-MA), agora senadora.

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), pediu o adiamento da discussão do projeto, mas retirou o requerimento diante de protestos dos senadores.

Eliziane afirmou que o projeto foi construído em diálogo com representantes de órgãos nacionais e internacionais especializados em política da infância.

— O Cadastro Nacional de Pessoa Desaparecidas, criado em 2009, até hoje não foi melhorado justamente pela falta de uma política nacional sobre o tema — disse.

Hoje, segundo a senadora, há quase 700 mil pessoas desaparecidas no país, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

— As famílias têm pressa. Cada momento e cada hora é a dor de uma mãe e de um pai que não sabem onde está o seu filho, ou de um filho que não sabe onde está sua mãe. É terrível e dolorido, corta a alma você ouvir o depoimento



Eliziane Gama disse que texto foi construído com órgãos especializados

dessas pessoas. Sabe por quê? Porque hoje você tem um cadastro inexistente. Porque você faz a implantação de uma informação e não tem nenhum tipo de alimentação desse dado — disse.

O projeto prevê o desenvolvimento de programas de inteligência e de articulação entre órgãos de segurança pública, desde o desaparecimento até a localização da pessoa. Também estabelece sistemas de informação e comunicação entre os órgãos e de divulgação de informações sobre desaparecidos. Haverá investimento em pesquisa e desenvolvimento e capacitação de agentes públicos, e o governo deverá criar redes de atendimento psicossocial aos familiares de pessoas desaparecidas.

Padronização

A proposta reformula o atual Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. O novo modelo será composto por um banco de informações públicas (de livre acesso pela internet), com

informações básicas sobre a pessoa desaparecida, e por dois bancos de informações sigilosas: um deles contendo informações detalhadas, e o outro trazendo informações genéticas do desaparecido e de seus familiares. Essas informações deverão ser padronizadas e alimentadas por todas as autoridades de segurança pública competentes.

Hospitais, clínicas e albergues, públicos ou privados, deverão informar às autoridades o ingresso ou cadastro em suas dependências de pessoas sem identificação. O governo poderá promover convênios com emissoras de rádio e televisão para a transmissão de alertas de desaparecimento.

A autoridade competente deverá incluir todos os dados no cadastro nacional assim que receber uma denúncia de desaparecimento. O texto aprovado também prevê a realização de um relatório anual com as estatísticas sobre os desaparecimentos e casos solucionados.

Fundos orçamentários poderão ser criados via PEC

Senadores e deputados podem reivindicar a criação de fundos pelos Poderes Executivo e Judiciário via proposta de emenda à Constituição (PEC). Esse é o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em resposta a uma consulta feita pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Parecer da CCJ com esse conteúdo foi aprovado ontem. Fundo orçamentário ou especial é uma reserva de recursos públicos para programas, projetos ou fins específicos.

A Consulta 1/2017 foi apresentada pelo ex-senador Romero Jucá à CAE. Ele pediu, na ocasião, a suspensão de todas as proposições de autoria parlamentar sobre fundos orçamentários em tramitação na comissão enquanto a CCJ não se manifestasse a

respeito da constitucionalidade ou não dessas iniciativas legislativas.

A relatora da consulta, Simone Tebet (MDB-MS), listou em seu parecer as hipóteses em que isso é ou não constitucionalmente possível. No entendimento de Simone, não há reserva de iniciativa



Fundo de combate à pobreza respaldou a relatora, Simone Tebet

às PECs que instituem fundos orçamentários no âmbito de qualquer dos Poderes.

Simone lembrou haver um precedente a respaldar sua tese: a promulgação da Emenda Constitucional 31/2000, que instituiu o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A medida foi encaminhada pela PEC 67/1999.

Comando

Apesar de a regulamentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza ter sido feita por projeto de lei do Poder Executivo, a relatora na CCJ ressaltou que “o comando de criação do fundo, seu período de vigência, sua finalidade, as espécies de recursos nele alocados, constaram do texto da própria emenda constitucional”.

Projeto isenta rendimentos por prestação de serviços ao SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa o Projeto de Lei (PL) 586/2019, que isenta do Imposto de Renda Pessoa Física os rendimentos obtidos pela prestação de serviços de saúde ao SUS.

O senador afirma que a tabela do SUS exibe valores aviltantes, citando como exemplo a remuneração de apenas R\$ 7 para uma consulta médica especializada e de R\$ 117,30 para toda a equipe médica envolvida numa cirurgia cesariana.

“Esse nível de remuneração, evidentemente, é forte fator de desestímulo aos prestadores de serviço, de baixa qualidade do atendimento e, mais grave, um convite à fraude. Reconhe-

cidamente, [o projeto] não é a solução ideal para o problema, mas é uma tentativa de, pelo menos, fazer justiça moral aos profissionais. A solução ideal seria aquela que envolvesse a atualização realista da tabela, oferecendo, de maneira transparente, remuneração a mais próxima possível da requerida pelo mercado”, defende Alvaro na justificativa.

De acordo com o projeto, a isenção somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado a medida. O texto ainda será votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Proposta estabelece prazo para vigência de renúncias fiscais

As renúncias fiscais podem passar a ter limite de tempo. Projeto apresentado no Senado prevê o máximo de cinco anos para esse tipo de política, em que governo abre mão de receber parte dos impostos devidos para estimular setores da economia. O texto será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLP 22/2019 prevê que projetos de lei aprovados ou medidas provisórias que resultem em renúncia de receita por concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário, financeiro, creditício ou patrimonial devem conter cláusula de vigência de até cinco anos. Além disso, precisarão trazer previstos objetivos,

metas e indicadores relativos à política pública fomentada, além da indicação do órgão responsável pela supervisão, acompanhamento e avaliação.

A autora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), afirmou que, ao longo dos últimos anos, o Brasil aumentou a utilização desse tipo de política, apesar da crise nas contas públicas, com deficits recorrentes. Grande parte das concessões, segundo ela, ocorre em caráter permanente, sem clareza sobre prazo, objetivos e metas.

“Em momento de fragilidade fiscal, convém que se privilegie o uso racional dos recursos públicos e isso inclui controle sobre concessões oferecidas pelo Estado”, diz a senadora.

Gustavo Bebianno foi desleal à nação, afirma Jorge Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou ontem o ex-secretário-geral da Presidência Gustavo Bebianno, que teria vazado conversas com o presidente da República, Jair Bolsonaro.

Na opinião do senador, Bebianno traiu a confiança do presidente e foi desleal à nação. O Brasil enfrenta um momento crítico, não precisa de uma crise institucional, mas de serenidade para que propostas de melhorias para o povo sejam discutidas.

— Gustavo Bebianno não foi brasileiro. O governo tem que começar a trabalhar urgentemente. O desemprego continua. Ao mesmo tempo, é indispensável que a Justiça apure as denúncias de candidaturas-laranja e lavagem de dinheiro durante a campanha eleitoral do PSL.

Plínio Valério defende diálogo e harmonia entre os três Poderes

Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu ontem o diálogo e a tolerância entre os Poderes da República. O senador garante que chegou à Casa disposto a ouvir e argumentar. Plínio entende que esse espírito deve prevalecer também nos outros Poderes, porque “o Parlamento não é um quartel ou uma vara cível ou criminal da Justiça, onde as decisões não são questionadas”.

— Achar que você não precisa ouvir o outro lado, mandar um projeto pronto, não pode. O Brasil exige de cada um de nós um gesto de grandeza, até mesmo desse que acaba de ser penalizado pela proposta de reforma da Previdência.